

O labirinto mexicano de Octavio Paz

Resumo

O artigo pretende compreender a leitura de Octavio Paz acerca da história do México nos séculos XIX e XX a partir do tratamento de alguns de seus aspectos centrais – como a independência, as reformas liberais, o Porfiriato e a Revolução Mexicana. O objetivo é sublinhar a importância desta história para a sua interpretação do México e do mexicano e analisar a centralidade do tema da revolução na obra do autor.

Palavras chave: Revolução Mexicana; Zapatismo; independência; reformas liberais; porfiriato.

Abstract

The article intends to understand Octavio Paz's reading of the nineteenth and twenty centuries Mexican history, illuminating some of its main aspects – the independence, the liberal reforms the Porfiriato and the Mexican Revolution. The objective is to emphasize the importance this history has to his interpretation of "Mexico" and the "Mexican", and to analyze the centrality the theme of revolution has in his work.

Key Words: Mexican Revolution; Zapatism; Independence; Liberal Reforms; Porfiriato.

* Professora do Departamento de História da PUC-Rio.

Em ensaio de 1969, publicado como pós-escrito a *O Labirinto da Solidão*, Octavio Paz afirma ser este livro um exercício da imaginação crítica: uma visão e, simultaneamente, uma revisão. Uma coisa muito diferente de um ensaio sobre a filosofia do mexicano ou da procura do nosso pretensão ser, para então concluir com a famosa frase: O mexicano não é uma essência, e sim uma história¹. À pergunta sobre a identidade mexicana: quem, o quê e como somos? Paz responde: não somos nada, exceto uma relação: alguma coisa que não se define a não ser como parte de uma história².

É a partir destas afirmativas que pretendo tratar aqui de alguns aspectos da história do México na obra de Octavio Paz, mais precisamente do século XIX – a independência, as reformas liberais, o Porfiriato para chegar à sua leitura da Revolução Mexicana, nas décadas iniciais do século XX.

No final do capítulo IV "Os filhos de Malinche", Paz nos dá a pista da importância que a história do século XIX tem para a sua interpretação do México e do mexicano. O mexicano ao repudiar a Malinche, condena sua origem, renega seu hibridismo, não quer ser nem índio, nem espanhol, nem mestiço, rompe seus laços com o passado e adentra sozinho na vida histórica. Esta atitude não se manifesta na sua vida diária, mas no curso de sua história, que em certos momentos foi uma profunda vontade de desenraizamento. O grito dos mexicanos é uma expressão da vontade de viverem fechados em relação ao passado e é também a revelação desta chaga que alternadamente mostram ou escondem. Quais foram as causas dessa separação e negação da Mãe? Quando se realizou a ruptura? A resposta está no século XIX. Este foi o século da ruptura e, ao mesmo tempo, da tentativa de criar novos laços com outra tradição, mais distante, mas não menos universal que a que lhes deu a Igreja Católica: a do racionalismo europeu. O mexicano e a mexicanidade se definem como ruptura e negação. E, portanto, como busca, como vontade de transcender esse estado de exílio. Em suma, como viva consciência da solidão, histórica e pessoal. A história, que não nos podia dizer nada sobre a natureza de nossos sentimentos e de nossos conflitos, pode mostrar-nos agora como se realizou a ruptura e quais foram as nossas tentativas para transcender a solidão³.

1 Paz, Octavio. *O labirinto da solidão e post-scriptum*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984, p. 195.

2 Idem, p. 198.

3 Idem, p. 82.

Para Octavio Paz a Independência oferece a mesma figura ambígua da Conquista. A obra de Cortés é precedida pela síntese política realizada na Espanha pelos reis católicos com a unificação dos reinos, e por processo similar iniciado na Meso América pelos Astecas, com a dominação que impõem aos outros povos que habitavam a região. Seja da perspectiva indígena ou da espanhola, a Conquista é expressão de uma vontade unitária, é um fato histórico destinado a criar uma unidade a partir da pluralidade cultural e política pré-cortesiana. Já a independência se apresenta como um fenômeno de duplo significado: representa a desagregação do corpo morto do império e o nascimento de uma pluralidade de novos estados. É como se a conquista e a independência fossem “momentos de fluxo e refluxo de uma grande onda histórica, que se forma no século XV, estende-se até a América, atinge um momento de belo equilíbrio nos séculos XVI e XVII e finalmente se retira, desagregando-se antes em mil fragmentos”⁴.

Partindo das Reformas Bourbônicas, Paz recupera a contradição existente entre a elite crioula, – descendente dos colonos espanhóis, submetida aos monopólios econômico, político e administrativo –, e a metrópole e seus representantes, que obstruíam o desenvolvimento econômico e social da colônia por meio de entraves administrativos e políticos e impediam o acesso dos crioulos aos cargos de direção do Estado. A luta pela independência representou a ruptura política desta elite com a Espanha, mas não levou à transformação da estrutura social das colônias.

Além disso, a independência hispano-americana “é um fato ambíguo e de difícil interpretação porque, mais uma vez, as ideias mascaram a realidade em lugar de desvendá-la ou expressá-la”⁵. A linguagem dos caudilhos das independências, como Octavio Paz chama os líderes desses movimentos, remonta aos revolucionários franceses e às ideias da independência norte-americana. Mas, ao contrário da América saxônica, onde estas ideias eram a expressão real de grupos sociais portadores de um projeto novo e viável, as classes dirigentes hispano-americanas aparecem após as independências como herdeiras e mantenedoras da velha ordem espanhola. Elas rompem com a Espanha, mas se mostram incapazes de criar uma sociedade moderna. Neste sentido, a novidade das novas nações hispano-americanas é enganosa⁶.

4 Idem, p. 108.

5 Idem, p. 110.

6 Idem, p. 111.

As oligarquias nativas favoreceram o processo de desintegração que se seguiu às independências e as inúmeras repúblicas que surgem são fruto mais das necessidades políticas e militares do momento, que expressão de uma verdadeira peculiaridade histórica. Logo após as independências, cada uma dessas novas nações teve uma constituição que se queria liberal e democrática. Mas mais uma vez, enquanto na Europa e nos Estados Unidos estas leis correspondiam a uma realidade histórica, na América Hispânica só serviam para vestir à moderna as sobrevivências do sistema colonial⁷. Aqui a ideologia liberal e democrática não expressava uma situação histórica concreta, mas a escondia. Para Octavio Paz instalou-se aí, constitucionalmente, a mentira política entre os povos hispano-americanos, causando danos morais incalculáveis, profundos e de longa duração.

Mas a independência do México teve singularidades que devem ser destacadas. O movimento também começou como um protesto contra os abusos da metrópole e seus representantes, os *chapetones*, mas foi, sobretudo nos seus projetos iniciais de 1810, liderados pelos Pe. Morelos e Hidalgo, uma luta contra os grandes latifundiários nativos. Estes líderes revolucionários defendiam reformas sociais como o fim dos tributos indígenas, a abolição da escravatura e a divisão de latifúndios, mas acabaram vencidos pelo Coroa espanhola que se alia neste momento ao exército, à Igreja e aos grandes proprietários. Daí Paz afirmar que este primeiro movimento independentista foi uma revolução agrária em gestação, única na América Hispânica daquele momento.

Em 1820, a revolução liberal na Espanha transforma a monarquia absoluta em constitucional e ameaça os privilégios da Igreja e da aristocracia. Diante disso o movimento de independência ressurgiu liderado agora pelo alto clero, pelos grandes proprietários de terras, pela burocracia e pelos militares crioulos que se aliam sob a liderança do Gal. Iturbide para defender seus interesses. Assim, a separação política definitiva da metrópole acaba se realizando contra as classes que tinham inicialmente lutado pela independência.

A tarefa da construção da nação, iniciada após a independência e que durará boa parte do século XIX, é marcada por sangrentas lutas entre liberais e conservadores. O caudilhismo militar inicial, apoiado pelos conservadores, é representado por uma das figuras mais pitorescas da história latino-americana, Antonio López de Santa Anna, que exerceu a presidência do México 11 vezes, entre 1833 e 1854. Foi durante seu governo que o México perdeu para os EUA mais da metade de seu território. Em 1854, depois de se fazer proclamar Sua Alteza Sereníssima, Santa Anna é derrubado por uma

7 Ibidem.

rebelião liberal liderada por Benito Juárez, da raça indígena zapoteca. Uma nova geração marcada pela inteligência liberal vai então levar adiante a tarefa de dar novos fundamentos à nação, com o intuito de torná-la moderna e independente de fato.

Os liberais tentarão consumir a ruptura com a tradição colonial. Acreditam que as leis e a constituição têm o poder de mudar a realidade. Tendo os Estados Unidos como modelo, vão apostar nas instituições republicanas e no federalismo. Defenderão a limitação do poder temporal da Igreja e o fim dos privilégios da aristocracia proprietária de terras, em oposição aos conservadores. Neste sentido, em 1857 é adotada uma carta constitucional liberal que confirma entre outras coisas a separação entre Igreja e Estado. Também as leis da Reforma aprovadas no período acabam com os privilégios dos militares e eclesiásticos, confiscam os bens da Igreja e desamortizam as terras indígenas. Os conservadores reagem e se põem em guerra contra Juárez. Derrotado em 1860, o partido conservador volta-se para o exterior e, apoiado pelas tropas de Napoleão III, que desejava ampliar a influência imperial francesa nas Américas, trazem para a presidência o arquiduque Maximiliano da Áustria, segundo imperador do México. A vitória final será dos liberais que, em 1867, fuzilam Maximiliano e restauram a república liberal.

Qual o significado desses acontecimentos? Para Octavio Paz a Reforma liberal “consuma a Independência e lhe dá a verdadeira significação, pois propõe o exame das próprias bases da sociedade mexicana e dos pressupostos históricos e filosóficos em que se apoiava”⁸. As leis da Reforma e a Constituição de 1857 promovem a destruição de duas instituições as associações religiosas e a propriedade comunal indígena que representavam a continuidade da tríplice herança mexicana: a herança espanhola, o passado indígena e o catolicismo. A geração de 1857 ao mesmo tempo em que nega com violência a tradição colonial, baseada na doutrina do catolicismo, afirma alguns princípios universais como a liberdade individual e a igualdade perante a lei, e aposta em um projeto de fundação de uma nova sociedade. O liberalismo é um movimento inspirado numa filosofia universal, é uma crítica da ordem antiga e um projeto de pacto social que substitui a noção de além do catolicismo pela de um futuro terrestre. A Reforma é, assim, uma negação que opõe a uma afirmação muito concreta e particular – todos os homens são filhos de Deus, afirmação que permitia uma relação profunda e verdadeiramente filial entre o cosmos e a criatura –, um postulado abstrato: a igualdade dos homens

8 Idem, p. 114.

perante a lei. Aí está a ruptura, pois, para Paz, estes conceitos de liberdade e igualdade, sem conteúdo histórico concreto na realidade mexicana, eram conceitos vazios, estéreis. A Reforma funda o México, negando seu passado. Rejeita a tradição e procura justificar-se no futuro”⁹.

Mas o México que nasce da Reforma não é o projetado, liberal e moderno, com uma burguesia forte. Ao contrário, a extinção da propriedade comunal indígena e a venda dos bens da Igreja, vão acentuar o caráter feudal da nação. Esta se constitui numa república sem base social, dominada por uma nova aristocracia latifundiária. E neste sentido, “ao romper os laços com o passado, rompe-os também com a realidade mexicana”¹⁰.

É neste contexto que sobe ao poder Porfirio Díaz, presidente quase continuamente, entre 1876 e 1910. Díaz que fora um destacado general do exército de Juárez, chegou à presidência como herdeiro do liberalismo e para pôr fim à anarquia das guerras civis. Mas o lema ordem e progresso não incluía, na sua concepção, nem a democracia, nem a justiça social; significava, apenas, desenvolvimento econômico rápido, favorecendo as elites e sancionando métodos pouco democráticos para alcançar as metas econômicas. A princípio Díaz cortejou as classes médias que se haviam formado durante o período das reformas do século XIX. Novos grupos de negociantes, administradores e fazendeiros entraram em cena, à medida que Díaz incentivou o investimento estrangeiro em petróleo, estradas de ferro e colonização de terras. Essas políticas também transformaram milhares de camponeses e artesãos tradicionais em operários do campo e da cidade, enquanto o sistema da *hacienda*, reforçado pelas leis de Reforma, privou as comunidades camponesas tradicionais dos últimos vestígios de suas posses hereditárias, até então protegidas por leis emanadas da Coroa espanhola. A concentração fundiária e as possessões estrangeiras se ampliaram vertiginosamente. O custo social desse progresso foi muito alto.

Segundo Paz ao contrário do que comumente se pensa, a ditadura de Porfirio Díaz não representou o progresso, mas sim o regresso do passado; não representou a passagem para uma sociedade moderna, mas o retorno ao feudalismo colonial. Na aparência, o governo de Porfirio inspirava-se nas ideias em voga entre a burguesia europeia que acreditava no progresso, na ciência, nos milagres da indústria e do livre comércio. Os integrantes de seu gabinete e os intelectuais ao seu redor chamavam a si próprios de cientistas, pois,

9 Idem, p. 115.

10 Idem, p. 117.

além de Comte, inspiravam-se em Renan, Spencer e Darwin. Mas, apesar da filosofia positivista corresponder, seguindo a análise de Leopoldo Zea, a certas necessidades intelectuais e morais do porfirismo, como a de ser a filosofia da ordem necessária àqueles tempos pós-anarquia, havia outra face da moeda muito diferente e que tornava a sua adoção artificial, falsa, inautêntica, mais uma máscara.

Para Paz, ao contrário da Europa que cria o positivismo, o México o adota, sem qualquer relação histórica e humana com essa doutrina e de maneira acrítica. No México os amantes do progresso e da ciência não eram industriais ou homens de empresa, como a burguesia europeia da época; eram proprietários de terras recém-enriquecidos com a compra dos bens da Igreja, com o acesso às terras comunais e aos negócios públicos do regime, possibilitados pelas leis da Reforma. Os camponeses, sem acesso a terra, viviam em condições similares à servidão do período colonial. Não havia livre exercício da atividade intelectual, mas sim ausência de liberdades democráticas. Por isso o porfirismo é um período de inautenticidade histórica, uma grave simulação, uma superposição histórica mais perigosa que todas as anteriores, porque fundamentado num equívoco.

Neste sentido e à sua maneira, a ditadura de Porfirio Díaz e a adoção da filosofia positivista completam a obra da Reforma, pois fazem com que a nação rompa seus últimos vínculos com o passado. O ambicioso projeto histórico da Reforma por meio do qual o México se fundaria a si mesmo como uma nação destinada a se realizar dentro dos princípios e leis universais do liberalismo, ficou reduzido a sonho e utopia. Cortados os laços com o passado, tendo perdido a sua filiação histórica, o mexicano estava só. Mascarado, enfeitado com as roupagens do progresso, da ciência e da legalidade republicana, o passado volta, mas já desprovido de fecundidade. Nada pode produzir, exceto a rebelião¹¹.

Em 1910, irrompe a Revolução. Para Octavio Paz, o fato que verdadeiramente revelou o ser mexicano e que representou uma súbita imersão do México no seu próprio ser. O movimento tem antecedentes, causas e motivos conhecidos, mas carece de precursores ideológicos ou de programas prévios. Diferentemente da Independência, fruto de um movimento intelectual universal iniciado no século XVIII, ou da Reforma, resultado das ideias e da obra de várias gerações de intelectuais afinados com a ideologia liberal, a Revolução se iniciou como uma exigência de cumprimento dos métodos

11 Idem, p. 118.

democráticos, mas só se encontrou e se definiu em plena luta ou já no poder. É isto que lhe traz originalidade e autenticidade populares, lhe confere grandeza, mas é também daí que provém sua fraqueza.

Octavio Paz analisa os antecedentes imediatos da Revolução. Em primeiro lugar a situação política e social do país. O porfiriato havia criado uma classe de proprietários de terra extremamente forte, uma burguesia fraca, um campesinato triturado e um movimento operário coibido. Ao contrário dos camponeses mexicanos que possuíam uma longa tradição de lutas, os operários não possuíam direitos elementares, nem experiência ou teorias que justificassem suas lutas. Apesar disso, organizaram importantes greves que sacudiram a administração de Porfírio Díaz e foram violentamente reprimidas. Até os grupos de classe média, originalmente favorecidos, se distanciaram do regime, à medida que se viam cada vez mais prejudicados com o controle das empresas estrangeiras sobre o lucro das indústrias e do comércio. No fim, o fracasso do regime em incorporar os novos grupos sociais que ele próprio criara gerou uma profunda alienação para o governo de Porfírio Díaz. Surgia, assim, uma nova geração que desejava mudanças, que acreditava que o exercício dos direitos democráticos tornaria possível uma transformação nos métodos e nas pessoas que exerciam o poder político.

Um dos mais importantes antecedentes da Revolução encontra-se no terreno das ideias. Especialmente na vasta renovação intelectual iniciada pelo grupo chamado *Ateneu da Juventude*, com destaque para Antonio Caso e José Vasconcelos que empreenderam a crítica à filosofia positivista que sustentava o regime. Mas este foi, para Paz, um antecedente negativo, pois Caso e seus companheiros destroem a filosofia do regime, sem oferecer um novo projeto de reforma nacional. Despojada de doutrinas prévias, alheias ou próprias, a Revolução será uma explosão da realidade e uma busca às cegas da doutrina universal que a justifique e englobe na história da América e na do mundo¹².

A Revolução Mexicana que Octavio Paz privilegia é o Zapatismo. Para ele, é no traço que mais distingue o movimento revolucionário mexicano – a questão da terra –, que se dá a possibilidade do mexicano encontrar-se com seu próprio ser. Até a Conquista espanhola a propriedade da terra era comunal. A forma básica desta propriedade territorial era o *calpulli*, sistema que dividia as populações indígenas em vários bairros, cada um deles com uma determinada extensão de terras, que não pertenciam individualmente a nenhum dos habitantes, mas eram concedidas a uma família ou tribo. Esta instituição foi,

12 Idem, p. 127.

mesmo que de maneira precária, mantida durante o período colonial pelas *Leis das Índias* que buscaram defender a propriedade comunal indígena da terra contra abusos e usurpações. Porque estes preceitos nem sempre foram respeitados, a questão da terra vai aparecer no programa de Morelos, um dos líderes do primeiro movimento de independência da Nova Espanha, vencido ainda em 1810. As reformas Liberais do século XIX e seu projeto de transformar o México em uma nação moderna de pequenos proprietários dissolvem a propriedade comunal indígena. O governo de Porfirio Díaz acaba de vez com o que restava do acesso comunal camponês a terra, com as diversas Leis de Colonização e de Ocupação e Alienação de Terrenos Baldios. Assim, os camponeses mexicanos fazem a revolução não só para lutar por melhores condições de vida, mas também e principalmente, para recuperar as terras que no decorrer do período colonial e no século XIX foram usurpadas pelos latifundiários.

A questão agrária aparece em quase todos os planos e projetos políticos dos diversos grupos revolucionários, mas é Emiliano Zapata quem coloca o problema com centralidade e clareza em seu *Plan de Ayala*, de 1911, e posteriormente na Lei Agrária implantada por ele em outubro de 1915, em Cuernavaca. O texto do *Plan de Ayala* fala explicitamente em usurpação, má fé, miséria, opressão, e propõe em seus artigos que as terras sejam restituídas e repartidas entre aqueles que dispunham de títulos legais com data anterior a Lei de terras de 1856; a Lei Agrária fala em nome da nação, retoma o *Plan de Ayala* e afirma serem as reivindicações agrárias a razão íntima e a finalidade suprema da Revolução. Tratava-se de um programa que implicava uma transformação profunda no regime de propriedade agrária, que abria a possibilidade de se instituir uma legislação que se ajustasse à realidade profunda do México. Tratava-se, para seus atores contemporâneos, de uma Revolução.

A Revolução – tanto a mexicana, quanto as revoluções do século XX –, foi um dos temas mais frequentes na obra de Octavio Paz. No texto de *O Labirinto da Solidão* ele observa que “quase sempre as revoluções, apesar de se apresentarem como um convite à realização de certas ideias num futuro mais ou menos próximo, baseiam-se na pretensão de restabelecer uma ordem ou uma justiça antigas, violadas pelos opressores”¹³. Toda revolução tende assim a estabelecer uma idade mítica e tem na ideia do eterno retorno um de seus pressupostos. A Revolução Americana em seu início pretendia restabelecer a autonomia colonial existente antes das Leis aprovadas pelo Parlamento Inglês

13 Idem, p. 129.

após a Guerra dos Sete Anos; a Revolução Francesa baseou a viabilidade de seu programa na crença de que bastaria reconstituir as condições ideais do Contrato Social para que a concórdia se realizasse; também o marxismo referiu-se ao comunismo primitivo como antecedente do regime que propunha. Neste sentido podemos dizer, com Paz, que toda revolução remete ao conceito antigo que a entendia como um eterno retorno, como um movimento cíclico, como restauração; mesmo as revoluções modernas, que supostamente fundam um novo conceito ligado à ideia de novidade, ao tempo linear, à noção de uma História inteiramente nova, nunca antes narrada ou conhecida.

No caso da Revolução Mexicana havia uma particularidade que a tornava original: o *Plan de Ayala* remetia a uma idade de ouro que não era uma mera criação da razão, nem uma hipótese artificial, descolada da realidade. As terras seriam restituídas por meio de um requisito legal, os títulos legais correspondentes anteriores, e seriam estendidos os benefícios dessa situação a todos os camponeses e povos que não possuíam títulos. O México concebido pelo movimento Zapatista não era, assim, um futuro a realizar, mas sim uma volta às origens, à mais antiga e permanente das suas tradições. Ao fazer do *calpulli* o elemento básico da nossa organização econômica e social, o zapatismo não só resgatava a parte válida da tradição colonial, como também afirmava que toda construção política verdadeiramente fecunda deveria partir da porção mais antiga, estável e duradoura da nossa nação: o passado indígena¹⁴.

A História do México seria assim retificada, a nação não buscaria mais seu sentido na máscara artificial do liberalismo ou do positivismo, mas na volta às suas raízes. O zapatismo nega, num sentido profundo, a obra da Reforma, pois constitui um regresso ao mundo do qual os liberais quiseram desligar-se e que a Ditadura enterrou. A Revolução foi, assim, uma tentativa de reconquista e reintegração do passado, um passado já feito presente. Nem antes nem depois: um passado que reaparece porque é um presente oculto.

Este é para Paz o verdadeiro passado, que não é a mesma coisa que o que passou – as datas, os personagens e tudo o que chamamos história. O que passou efetivamente passou, mas há alguma coisa que não passa, alguma coisa que passa sem passar completamente, “perpétuo presente em rotação”¹⁵. A história o interessa, porque a história de cada povo contém certos elementos invariantes ou cujas variações são tão lentas que se tornam imperceptíveis. E estes elementos invariantes não são realidades isoladas, com vida própria,

14 Idem, p. 130.

15 Idem, p. 239.

não devem ser confundidos com fatores históricos; eles são o resultado da combinação e da relação de muitos elementos que produzem figuras diferentes e únicas a que ele chama de história. “Despertar para a história significa assim, adquirir consciência da nossa singularidade”¹⁶.

Diz Paz: “E esta vontade de regresso ao passado, fruto da solidão e do desespero, é uma das fases desta dialética de solidão e comunhão, de reunião e separação, que parece presidir toda a nossa vida histórica. Graças à Revolução, o mexicano quer se reconciliar com sua história e com sua origem. Daí que o nosso movimento tenha um caráter ao mesmo tempo desesperado e redentor”¹⁷. Na Revolução o povo recusa-se a qualquer esquema proposto de fora e sem relação profunda com o seu ser, e se volta para si mesmo. Está só. E nesse mesmo instante, essa solidão é resolvida em tentativa de comunhão. E por isso a Revolução é também uma festa. Como as festas populares, a Revolução é um excesso, um chegar aos extremos, é, ao mesmo tempo, um estouro de alegria e desamparo, um grito de orfandade e de júbilo, de suicídio e de vida, tudo misturado”¹⁸. Pergunta-se Octavio Paz: E com quem comunga o México nesta festa sangrenta? Consigo mesmo, com o seu próprio ser. O México se atreve a ser. A explosão revolucionária é uma festa portentosa em que o mexicano, bêbado de si mesmo, conhece o fim, no abraço mortal, com outro mexicano”¹⁹.

Em entrevista a Claude Fell, em 1975, Octavio Paz revisita *O Labirinto da Solidão*, 25 anos depois da sua primeira publicação. Assume-o aí como um ensaio de interpretação histórica, como uma tentativa de “ver el carácter mexicano a través de la historia de México”²⁰. O tema da Revolução é retomado e a centralidade do Zapatismo reaparece com toda força, mas agora depurado. Ele afirma que o paradoxo do Zapatismo consiste em ter sido ele um movimento profundamente tradicionalista; e nesse tradicionalismo reside, precisamente, sua força revolucionária e seu caráter radicalmente subversivo. O Zapatismo significa a revelação, o sair à luz de certas realidades escondidas e reprimidas.

16 Idem, p. 14.

17 Idem, p. 133.

18 Idem, p. 134.

19 Ibidem.

20 PAZ, Octavio. *Vuelta a El labirinto de la soledad (Conversación con Claude Fell)* in: *Obras Completas, vol. 8. El peregrino en su patria: historia y política de México*. México: Fondo de Cultura Económica, Círculo de Lectores, 1994.

É a revolução não como ideologia, mas sim como um movimento instintivo, a revelação de uma realidade anterior às hierarquias, às classes, à propriedade.

Anos mais tarde, ao repensar o tema das grandes transformações e comoveções do século XX, Octavio Paz apontará para a necessária distinção entre revolução, revolta e rebelião. Ele desenvolverá esta questão em *Corriente Alterna* (que reúne textos seus de 1959 a 1967), *Conjunciones y disyunciones* (1969) e *Posdata* (1969). As revoluções, filhas do conceito de tempo linear e progressivo, significam o cambio violento e definitivo de um sistema por outro. As revoluções são a consequência do desenvolvimento, como afirmaram Marx e Engels. As rebeliões são atos de grupos e indivíduos marginais: o rebelde não quer mudar a ordem, como o revolucionário, e sim destronar o tirano. As revoltas são filhas do tempo cíclico, são levantamentos populares contra um sistema reputado injusto e que se propõem a restaurar o tempo original, o momento inaugural do pacto entre iguais.

Nos acontecimentos do México entre 1910 e 1929, Paz distingue então vários fenômenos. Primeiro, uma revolução da burguesia e da classe média feita para modernizar o país, e que foi a que triunfou. Frente a esta revolução progressista e que continuou o liberalismo e o porfirismo, surgiu a sua negação, a revolta dos camponeses mexicanos no sul. Esta revolta foi vencida militarmente e seu chefe, Zapata, assassinado. Depois, ideologicamente, esta revolta foi expropriada e desfigurada pelos vencedores.

O movimento zapatista foi, então, uma verdadeira revolta, um voltar atrás, um regresso ao princípio. Seu fundamento era histórico porque os camponeses queriam voltar à propriedade comunal da terra; ao mesmo tempo em que estavam inspirados pelo mito da idade de ouro do começo. A revolta tinha uma intensa coloração utópica: queria criar uma comunidade na qual as hierarquias não fossem de ordem econômica, mas sim tradicional e espiritual. Uma sociedade feita à imagem e semelhança das aldeias do neolítico: economicamente autosuficientes, igualitárias e nas quais se reduzia ao mínimo a autoridade política e religiosa, quer dizer, eliminadas as burocracias estatal e eclesiástica. A realidade que os zapatistas conheciam e defendiam era o povo, a pequena comunidade de agricultores e artesãos, não as cruéis abstrações da nação e do Estado.

A maior parte das revoluções do século XX foi, para Paz, como a Revolução liberal mexicana do século XIX: tentativas de impor esquemas geométricos sobre realidades vivas. Engendraram monstros. No México a facção vencedora nas lutas revolucionárias continuou o processo de modernização iniciado no século XIX. Todos os projetos subsequentes tiveram em comum o

querer apagar a mancha, o pecado original do México: o ter nascido de frente e contra o mundo moderno. Zapata é a negação disso tudo.

Por isso, diz Octavio Paz, a Revolução Mexicana morreu sem resolver as contradições do México e dos mexicanos. Ela os fez sair de si mesmos e colocou-os diante da História, desafiando-os a inventar suas instituições e seu futuro. Vivemos, como o resto do planeta, uma conjuntura decisiva e mortal, órfãos do passado e com um futuro a ser inventado. A história universal já é tarefa comum. E o nosso labirinto, o de todos os homens”²¹.

Seja pensando a Revolução mexicana num sentido progressista da história, inserida num tempo linear, como um movimento que, ao atualizar projetos já existentes no século XIX, atingiria um patamar futuro; seja pensando a revolução no sentido de revolta, de voltar atrás, de restauração, de retorno a uma identidade esquecida, inserida num tempo cíclico, Octavio Paz, avança nessa discussão e aponta para a profunda crise que se vive na contemporaneidade, quando se vive o ocaso do futuro. A Revolução como as festas representam também uma suspensão no tempo; nem o tempo progressista do futuro, nem o tempo cíclico de um passado que se repete. O tempo que se abre é o tempo do presente, o tempo da poética, do amor, da festa, da revolução. Não mais o tempo da História, mas o tempo da poesia, quando “somos, pela primeira vez em nossa história, contemporâneos de todos os homens”²².

21 Paz, Octavio. *O labirinto da solidão e post-scriptum*. Op. Cit., p. 154.

22 Idem, p. 173.

